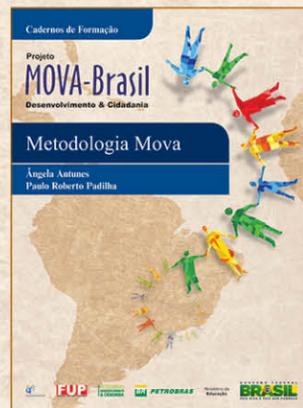




Educação de Adultos
Alessandra Rodrigues dos Santos
Luiz Marine José do Nascimento

Concepção de Educação de Adultos, de conhecimento e de aprendizagem. Educação Libertadora. Educação Popular. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Principais contribuições das Conferências Internacionais de Educação de Adultos, Diretrizes Nacionais da EJA.



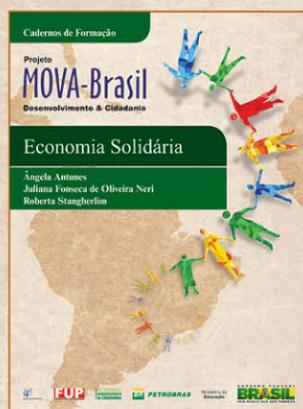
Metodologia Mova
Ângela Antunes
Paulo Roberto Padilha

Raízes históricas do Mova: características, estrutura e funcionamento. Leitura do Mundo. Círculos de Cultura. Método Paulo Freire. Registro e sistematização de dados da realidade. Cultura e Currículo. Projeto Eco-Político-Pedagógico. Proposta Pedagógica, Avaliação da aprendizagem e Avaliação institucional.



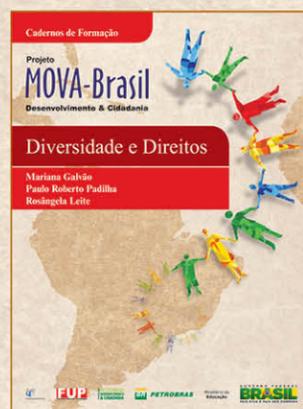
Educação Popular
Emiliano Palmada Liu
Francisca Rodrigues de Oliveira Pini
Washington Góes

Concepção de Educação Popular na perspectiva do campo democrático popular. Histórico da Educação Popular no Brasil e na América Latina. Contribuições centrais de Paulo Freire à Educação Popular; Educação Popular como concepção de educação. Mobilização e Articulação social.



Economia Solidária
Ângela Antunes
Juliana Fonseca de Oliveira Neri
Roberta Stangherlim

Trabalho, emprego e renda. Fundamentos, concepção e características da Economia Popular e Solidária. Economia Solidária como práxis pedagógica. Contribuições à reflexão sobre educação e qualificação profissional. Sustentabilidade e bem-viver.



Diversidade e Direitos
Mariana Galvão
Paulo Roberto Padilha
Rosângela Leite

Linguagem, cultura e direitos humanos na alfabetização de jovens, adultos e idosos. Diversidade Étnico-racial, Diversidade de Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão das pessoas com deficiência no Projeto MOVA-Brasil.



Gestão Compartilhada
Alexandre Munck
Daniel Montezano
Sandra Pereira da Silva

Fundamentos, princípios e orientações práticas relacionadas às dimensões administrativa, financeira e de gestão das pessoas. Subsídios para a organização do trabalho relacionado ao Projeto MOVA-Brasil.

Cadernos de Formação

Projeto MOVA-Brasil Desenvolvimento & Cidadania

Educação Popular

Emiliano Palmada Liu
Francisca Rodrigues de Oliveira Pini
Washington Góes



Projeto
MOVA-Brasil
Desenvolvimento & Cidadania



Ministério da
Educação



Cadernos de Formação

Projeto

MOVA-Brasil

Desenvolvimento & Cidadania

Educação Popular

Emiliano Palmada Liu

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Washington Góes

São Paulo, 2014
2ª edição

Expediente

COMITÊ GESTOR MOVA-Brasil

FUP – Federação Única dos Petroleiros
IPF – Instituto Paulo Freire
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

INSTITUTO PAULO FREIRE

Moacir Gadotti

Presidente

Alexandre Munck

Diretor Administrativo-Financeiro

Ângela Antunes

Diretora de Gestão do Conhecimento

Francisca Pini

Diretora Pedagógica

Paulo Roberto Padilha

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alessandra Rodrigues dos Santos

Coordenadora da Educação de Adultos

Janaina Abreu

Coordenadora Gráfico-Editorial

Renato Pires

Capa

Maps World

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Carlos Coelho e Isis Silva

Revisores

Ângela Antunes e Paulo Roberto Padilha

Revisores de conteúdo

Eliza Mania

Produção Gráfico-Editorial

Emília Silva

Assistente Gráfico-Editorial

Brasilgrafia Gráfica e Editora

Impressão

Emiliano Palmada Liu

Bacharel em ciências sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com TCC sobre Política, Ideologia e Pragmatismo. É coordenador da área de Educação Popular do Instituto Paulo Freire.

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Assistente social, mestre e doutora em políticas sociais e movimentos sociais pela PUC/SP, professora de movimentos sociais e do Observatório Regional de Políticas Públicas da Faculdade Mauá, vice-presidente da Abepss Sul II, diretora Pedagógica do Instituto Paulo Freire.

Washington Góes

Graduado em Letras (PUC/SP). É coordenador do Programa Osasco, Povo que Educa no Instituto Paulo Freire.

Copyright 2011 (c) Instituto Paulo Freire

Instituto Paulo Freire

Rua Cerro Corá, 550, 1º andar, sala 10

São Paulo - SP - Brasil

(11) 3021-5536

www.paulofreire.org

ipf@paulofreire.org

Sumário

| | | | |
|---|----|---|----|
| Apresentação | 05 | 2.2 Como nossa atuação está acolhendo os saberes dos educandos na prática educativa? | 23 |
| Introdução | 07 | 3. EDUCAÇÃO POPULAR COMO CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO | 27 |
| 1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA | 09 | 3.1 Quando surge a educação? | 27 |
| 1.1 Desse modo, como exigir das pessoas conhecimento e análise das relações de opressão nas quais estavam inseridas? | 09 | 3.2 Se tudo o que vive é significativo à comunidade, o que é determinante para definir o que é educação? | 27 |
| 1.2 O que mobilizava parte da sociedade daquela época a lutar pela Educação Popular? | 10 | 3.3 Como e quando surge a escola no Brasil? | 29 |
| 1.3 Mas, afinal, qual a nossa compreensão de Educação Popular? | 11 | 3.4 Qual concepção de educação predominou na história? | 31 |
| 1.4 Quais experiências vivenciadas no Brasil que buscaram e buscaram romper com as lógicas dominantes? | 12 | 3.5 Qual concepção de educação orienta o seu trabalho educativo? | 32 |
| 1.5 A Educação Popular e a América Latina | 16 | 3.6 Em que princípio se pauta a Educação Popular? | 33 |
| 1.6 Qual a relação do educando e do educador na pesquisa participante? | 16 | 4. MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO SOCIAL | 35 |
| 1.7 Quais princípios são incorporados na Educação Popular neste século 21? | 18 | 4.1 De onde parte a mobilização? Qual a forma de despertar o interesse da participação? | 36 |
| 2. CONTRIBUIÇÕES CENTRAIS DE PAULO FREIRE À EDUCAÇÃO POPULAR | 21 | 4.2 Quais atividades de mobilizações possíveis? | 37 |
| 2.1 Qual a relação da concepção de educação libertadora e Educação Popular? | 21 | Referências | 39 |

Apresentação

Prezada educadora, prezado educador.

Em 1989, Paulo Freire criou o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP), no qual foram plantadas sementes que até hoje geram frutos e contribuem para a diminuição do analfabetismo no Brasil e em outros países.

Em 2001, no contexto do I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, surgiu a ideia de um projeto de alfabetização de jovens e adultos que tivesse a mesma força e organização curricular do MOVA-SP, mas que pudesse alcançar diversos estados brasileiros. Isso foi possível a partir de 2003 quando Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire consolidaram uma parceria histórica e deram início ao Projeto MOVA-Brasil.

De 2003 a 2011 foram alfabetizadas 170 mil pessoas e formados cerca de 8 mil alfabetizadores/as, monitores, coordenadores locais e de polos. Foram muitos os êxitos ao longo desses anos, mas o desafio continua, pois todos sabemos dos cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas em nosso país. O desafio continua imenso e há muito por fazer!

É por este motivo que, ainda no clima de comemoração das formaturas das pessoas alfabetizadas em 2011 pelo Projeto MOVA-Brasil nos estados do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe, apresentamos a você, educador e educadora, a Série Cadernos de Formação do Projeto MOVA-Brasil, composta de 6 volumes: 1. *Educação de Adultos*; 2. *Metodologia MOVA*; 3. *Educação Popular*; 4. *Economia Solidária*; 5. *Diversidade e Direitos*; 6. *Gestão Compartilhada*.

Como escreveu Paulo Freire, “o homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber” (*Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 47). A cada etapa do projeto estamos aprofundando nossas reflexões e aperfeiçoando nossa prática. Os *Cadernos de Formação* nascem dessa caminhada e trazem inovações curriculares que nos provocam, a todas e a todos, a “continuar o permanente movimento de procura”. (idem)

É neste contexto e com este espírito de humildade, de generosidade e de companheirismo, tão caros a este Projeto, que compartilhamos com alfabetizadores e alfabetizadoras, coordenadores locais e dos polos do MOVA-Brasil, estes *Cadernos*,

visando a contribuir com as formações continuadas e, principalmente, no dia a dia da sala de aula, durante o processo de alfabetização. Eles trazem reflexões teórico-práticas e oferecem subsídios para as atividades curriculares e também para as relacionadas às dimensões administrativo-financeiras, destacando a importância da transparência, da sustentabilidade e da responsabilidade compartilhada na gestão do Projeto.

Nosso desejo é o de que esta Série ganhe vida nos encontros de formação, nas salas de aula, e, também, na continuidade do registro, da sistematização e da produção do conhecimento, gerando novos cadernos e contribuindo para que o Projeto MOVA-Brasil possa continuar fortalecendo a alfabetização de jovens, adultos e idosos, de forma a matricular e promover a vida e a cultura das pessoas, ajudando-as a afirmarem as suas identidades e a exercerem mais plenamente as suas cidadanias. Desta forma, contribuirão ainda mais para o desenvolvimento sustentável do país e terão mais condições de dar continuidade aos seus estudos e aos seus aprimoramentos e qualificações profissionais, exigência do nosso tempo e meta renovada do Projeto MOVA-Brasil.

Instituto Paulo Freire



INTRODUÇÃO

Este caderno tem por objetivo apresentar e refletir sobre a concepção da Educação Popular a partir do momento histórico em que ela se define no campo democrático, em favor das classes populares. Pretende também contribuir com aportes teórico-metodológicos aos(as) coordenadores(as) e educadores(as) do Projeto MOVA-Brasil.

Sua elaboração contemplará quatro aspectos: 1 – Histórico da Educação Popular no Brasil e na América Latina; 2 – Contribuições centrais de Paulo Freire à Educação Popular; 3 – Educação Popular como concepção de educação; 4 – Mobilização e articulação social.

Dialogar com Paulo Freire é trazer ao tempo presente sua contribuição a essa prática social, tão necessária em um mundo com tantos dilemas éticos, mesmo que, por vezes, os projetos conservadores de educação afirmem que a Educação Popular é algo superado.

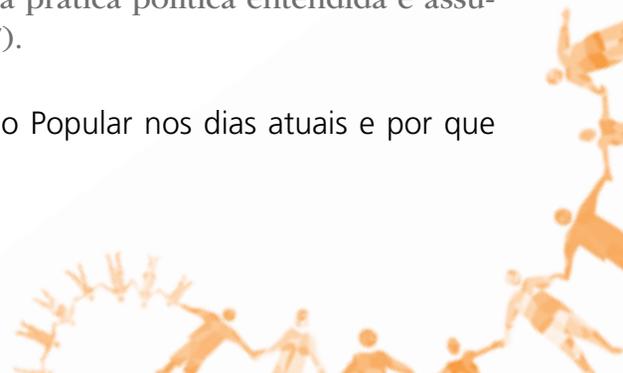
Após 50 anos das reflexões iniciais de Paulo Freire, o seu pensamento continua atual e dialoga com as mesmas expressões e força daquele período da década de 1960. Podemos afirmar que o País ainda produz muita miséria, desigualdade, analfabetismo, concentração de terras nas mãos de poucos, financeirização e comercialização da vida, entre tantas outras expressões da questão social, que podem ser compreendidas como a forma em que se engendra o modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho.

As ideias de Paulo Freire foram, por outro lado, ampliadas em alguns aspectos, como, por exemplo, em relação a sua reflexão socioambiental, em grande parte, presentes em diversas experiências mais recentes.

A escritora latinoamericana Rosa Maria Torres (1987), em entrevista com Paulo Freire, sistematizou a seguinte reflexão:

[...] o Freire que se nos revela em artigos, conversas ou entrevistas recentes como a que incluímos neste volume seria, sem dúvida, não só difícil de reconhecer, mas, possivelmente, até mais avançado do que ele conseguiu desenvolver nas suas próprias práticas. Um Freire alinhado com a revolução e com a democracia, para quem não existe nenhuma contraposição entre democracia e revolução socialista. Um Freire para quem a educação popular, é “um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular”, que não se restringe exclusivamente ao mundo dos adultos nem à educação não-formal, mas que compete também ao mundo infantil e à escola, pois o que marca, o que define a educação popular não é a idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa (1987, p. 37).

Perguntamo-nos: qual a contribuição da Educação Popular nos dias atuais e por que adotá-la como referencial de prática social?



Educação Popular

Com esta pergunta instigamos os(as) leitores(as) a refletirem sobre como a Educação Popular é vivenciada no cotidiano do Projeto MOVA-Brasil e sobre como ela tem trazido contribuições à formulação de novas estratégias pedagógicas?

Pela caminhada do Projeto MOVA-Brasil, o diálogo com a Educação Popular é intrínseco ao seu desenvolvimento. As experiências diversas, construídas coletivamente durante esse percurso, retratam a relevância dos princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire e o seu significado social para a vida das pessoas, com as quais fizeram e fazem parte desse processo de ler e escrever a realidade social.

Por isso, convidamos todos(as) os(as) educadores(as) a sistematizarem suas práticas de modo que elas possam gerar nas vidas das pessoas que adotarem esses princípios como referencial teórico-metodológicos, coragem, desafio, ousadia, um profundo entusiasmo pela reflexão crítica sobre a Educação Popular e sua respectiva transformação.



1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Resgatar a memória da Educação Popular no Brasil é retomar sua história e compreender o seu legado na defesa da educação de qualidade, sociocultural e socioambiental, pública, democrática, de base, e que se constrói convivendo, respeitando e valorizando a diversidade dos sujeitos.

A Educação Popular no Brasil começa com a preocupação de escolarização, mais precisamente, nos anos de 1920, trinta e um anos após o período republicano¹ ... o censo de 1920 mostrava a existência de 1.030.752 alunos matriculados, com frequência de 678.684, para uma população total do país de quase 30 milhões de habitantes, o que significa que – se considerarmos a população total do país – o nível de atendimento escolar era quase o mesmo que em 1909 (1973, p. 84).

O Movimento de luta pela democratização da escola pública se articula para exigir o direito ao acesso a educação a todos os cidadãos tendo em vista o alto índice do analfabetismo.

Brandão explica que este momento foi influenciado por ideais franceses, norte-americanos e tinha seus fundamentos em dois princípios:

[...] o primeiro considerava que a educação escolar era não só um direito de todos os cidadãos, mas o meio imediato, justo e realizável de construção das bases de uma sociedade democrática. O segundo, modificações fundamentais nas formas e na qualidade da participação de inúmeros brasileiros, tanto na cultura, quanto na vida econômica e política do país, eram uma condição fundamental para a melhoria dos indicadores de nossa situação de atraso e pobreza; a educação estendida a todos através de uma mesma escola – pública, laica e gratuita – é um instrumento indispensável em tudo isto.

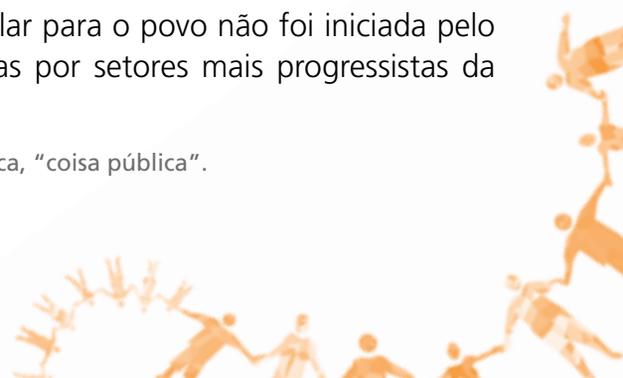
(BRANDÃO, 2006, p. 39)

Podemos observar que os dois princípios buscavam ajustes dentro da ordem dominante estabelecida, ou seja, a educação era meio para o progresso e desenvolvimento econômico e não para a emancipação dos sujeitos.

1.1 Desse modo, como exigir das pessoas conhecimento e análise das relações de opressão nas quais estavam inseridas?

Evidentemente que essa luta pela Educação Popular para o povo não foi iniciada pelo camponês e, tampouco, pela base da sociedade, mas por setores mais progressistas da

1. A palavra “república” tem origem no latim e significa res publica, “coisa pública”.



sociedade, os quais já tinham acesso à riqueza socialmente produzida pela humanidade e não compartilhavam com a situação de desigualdade social no País.

No entanto, o caminho que será percorrido na busca da superação de valores e costumes arraigados na sociedade, decorrentes de fatores históricos como o longo período de escravidão, significou a violação de todos os princípios de respeito à dignidade da pessoa humana: a política oligárquica e patrimonial; o sistema de ensino autoritário, elitista, e com uma preocupação muito mais voltada para a moral privada do que para a ética pública; a complacência com a corrupção e com os privilégios concedidos aos governantes e às elites; a convivência com a violência, principalmente quando exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; as práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça, são fatores que permanecem nos dias atuais e dificultam o desenvolvimento social de nosso País.

1.2 O que mobilizava parte da sociedade daquela época a lutar pela Educação Popular?

Esta pergunta é fácil de responder se considerarmos que as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais influenciam a dinâmica de uma sociedade. É possível afirmar que a resposta a esta pergunta era o analfabetismo e a necessidade de sua eliminação para o progresso do País. No entanto, democratizar o acesso à educação, sem assegurar os bens necessários a ela, pouco contribuía com a eliminação do analfabetismo, pois as diferenças regionais, as distâncias de locomoção, os turnos de aulas, o currículo, os tempos de aprendizagens, entre outros, são fatores para os quais os governantes historicamente dão pouca atenção. Por isso, ainda temos no ano de 2011, 14,1 milhões de analfabetos (IBGE, 2010).

Num movimento dinâmico e dialético constroem-se, dialogicamente, as alternativas ao que está posto. Grupos de resistência no campo da educação vão se fortalecendo e, processualmente, criando alternativas ao poder dominante, por meio de uma Educação Popular que constrói, efetivamente, com os sujeitos, reflexões e intervenções que contribuem com a emancipação das pessoas, o que significa estarem livres da opressão.

Estudos de Brandão (2006), Fávero (1983) e Beisiegel (1974) mostram que os programas oficiais das décadas de 1940 a 1950, em relação à eliminação do analfabetismo, tiveram pouca efetividade; na maioria das vezes, conseguiram ensinar a decodificação da escrita. Mas nenhuma delas aponta para uma mudança estrutural da sociedade.



Formação continuada com monitores e coordenadores locais. Polo Semi-Árido. 2005.

1.3 Mas, afinal, qual a nossa compreensão de Educação Popular?



Assentamento Dom Tomás Balduino.
Outubro/2010

A Educação Popular é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade e pela educação de jovens e adultos; tem uma direção social crítica.

Ao mesmo tempo em que é necessária e legítima a ampliação de experiências autônomas e alternativas de uma Educação Popular, realizada entre movimentos populares, movimentos sociais e agências civis de educadores participantes, é também importante a redefinição das atividades da escola pública de modo a que, à custa de lutas e conquistas, a Educação Popular se transforme em uma educação também financiada e oferecida pelo poder do Estado, a serviço dos interesses e projetos das classes populares. “Isto é parte do projeto histórico de, um dia,

toda a educação realizar-se, em uma sociedade plenamente democrática, como Educação Popular” (BRANDÃO, 2006, p. 54).

Neste sentido, percebemos que as práticas iniciadas na década de 1960, pelo educador Paulo Freire, em relação à Educação Popular, distinguem-se das práticas anteriores. Aqui se apresenta um divisor de águas, do ponto de vista teórico, político, social e cultural.

Por outro lado, relacionar a Educação Popular à Educação de Jovens e Adultos é tarefa desafiadora, pois a primeira, pretende ser a base da construção do poder popular no processo de alfabetização, e a segunda precisa assegurar que o alfabetizando(a) conheça e apreenda o código da leitura e da escrita, os quais são imprescindíveis ao projeto de emancipação popular.

A experiência de Paulo Freire conseguiu assegurar a práxis pedagógica de Educação Popular relacionada à EJA, a qual compreendemos como a articulação da atividade humana e sua relação com a natureza. Relacionar teoria e prática não é algo fácil, tendo em vista que a história da educação brasileira nos mostra que a reflexão está dissociada da prática. Essa compreensão nos acompanhou e ainda nos acompanha quando ouvimos os estudantes do ensino superior de vários cursos das ciências humanas dizerem que “a faculdade ensina a teoria e o estágio ensina a prática”. Isso se reproduz na vida social de modo mecânico, sem que possamos compreender que toda prática está embasada

por uma teoria. Por isso, é importante *ler o mundo* e *ler a palavra*. Essas duas perspectivas de leituras se complementam, transformam-nos, e transformados, temos mais condições de contribuir com a mudança na sociedade em que vivemos.

1.4 Quais experiências vivenciadas no Brasil que buscaram e buscam romper com as lógicas dominantes?

Há várias experiências que buscaram e ainda buscam romper com a lógica dominante, mas aqui vamos destacar apenas as que se tornaram referências latino-americanas por sua abrangência e por sua capilaridade em rede social: o Movimento de Educação de Base (MEB), criado na década de 1960, que se integrou aos Movimentos de Cultura Popular; o Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova), criado em 1989; a Rede Educação Cidadã (Recid) e o MOVA-Brasil, ambos criados em 2003.

Conforme Brandão (2006), a primeira experiência de educação com as classes populares, a que se deu, sucessivamente, o nome de educação de base (no MEB, por exemplo), de educação libertadora e mais tarde de Educação Popular, surge no Brasil no começo da década de 1960. Nasce no interior de grupos e movimentos da sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais, ou da federação. Começa como um movimento de educadores, que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou de “cultura popular”, e se considerou como uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes.

A Educação Popular surge como contraponto à ideologia dominante e dentro dos movimentos de cultura popular. Processualmente, vai sendo disseminada dentro de alguns governos de características populares. Conquista expressão pelo fato de refletir a cultura do povo, com o povo. A partir dessa reflexão, novas intervenções são elaboradas e, dessa interação, produz-se novos conhecimentos. É relevante ressaltar que esse processo foi sistematizado por educadores(as) que concebiam a educação como ato político e por isso mesmo transformador.

É nessa perspectiva que Antonio Gramsci, filósofo Italiano, morto no cárcere pelo governo fascista de Benito Mussolini, atribuiu a concepção de intelectual orgânico aos intelectuais que colocam o seu conhecimento a serviço da construção de um projeto emancipador e junto com as pessoas produzem conhecimento.

Dentre os muitos intelectuais que fazem jus a esta concepção, destacamos Paulo Freire, o qual tinha a capacidade intelectual de organizar o conjunto dos trabalhadores na década de 1960 e era referência no Brasil e América Latina pela crítica que fazia à educação bancária e pela criação do *Método Paulo Freire*, que então passou a ser utilizado na alfabetização de adultos e no conjunto dos movimentos sociais, em especial, nos de cultura popular.

Os Movimentos de Cultura Popular que, em menor escala que os CPCs, também se multiplicaram pelo país, se originaram no MCP de Recife, criado em maio de 1960 e ligado à Prefeitura de Recife. O movimento nasceu da iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos que se aliaram ao esforço da prefeitura da capital no combate ao analfabetismo e elevação do nível cultural do povo, buscando também aproximar a juventude e a intelectualidade do povo.

(PAIVA, 1973, p. 236)

A alfabetização de adultos era compreendida como elemento aglutinador das massas, estratégia de eliminação do analfabetismo, que em conjunto com outras ações pudesse assegurar tal objetivo.

Podemos afirmar que a experiência vivida em Angicos (RN) por “Paulo Freire e sua equipe, em 1963, ficou reconhecida nacional e internacionalmente pelo fato de que em 40 horas conseguiram alfabetizar 300 trabalhadores(as) rurais” (FEITOSA, 2011, p. 35).

Esse engajamento revolucionário de Paulo Freire chamou a atenção das elites, pois a educação como ato político poderia, a curto prazo, desvelar a realidade opressora e alçar mudanças no País. A Educação Popular se amplia pelo Brasil, mas o Golpe Militar de 1964 interrompe esse movimento.

Concomitantemente ao MEB, a Educação Popular se reconhece também nos Movimentos de Cultura Popular (MCPs). O destaque aqui é apenas para afirmar que os princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire não ficaram restritos à alfabetização de adultos. Os diversos estados brasileiros, em particular, o estado de nascimento de Paulo Freire, Pernambuco, é a expressão da produção da cultura popular, como transformadora da realidade. O Movimento de Educação de Base, após sua criação, atuava de forma articulada, sendo um dos integrantes do MCP.

[...] o MCP de Pernambuco desenvolveu suas atividades a partir de 1960. Entre setembro de 1961 e fevereiro de 1963 realizou uma experiência de educação pelo rádio com recepção organizada em escolas experimentais, e para a qual foi preparado o Livro de Leitura do MCP, transmitindo programas de alfabetização (50 a 60 minutos de aulas noturnas durante os dias úteis) e de educação de base (10 a 20 minutos). Aos sábados e domingos eram feitas transmissões musicais e teatrais por intermédio da Divisão do Teatro do MCP ou levados ao ar as novelas gravadas pela SIRENA.

(PAIVA, 1973, p. 238)



Formatura MOVA-Brasil. Salvador, 18/dez/2011

Antes de citar a marcante experiência de Paulo Freire como secretário municipal de educação de São Paulo, faz-se necessário pontuar o significado político social da década de 1980 no Brasil. A conjuntura socioeconômica e a pressão dos movimentos sociais e populares contribuíram para viabilizar o processo de redemocratização, e com isso a reorganização da relação entre Estado e sociedade civil.

A Assembleia Constituinte e, posteriormente, a aprovação da Constituição Federal de 1988 demarcaram um novo campo no Brasil que até o momento não existia: a participação na elaboração das políticas públicas, por meio de representações. A garantia dos direitos sociais expressa a maior conquista, do ponto de vista jurídico, da história do Brasil.

Essa legalidade teve grande importância na implementação de políticas públicas para garantir a participação democrática da população na gestão pública e a construção processual da implementação dos referidos direitos. Introduziram um modelo de gestão das políticas sociais que requer uma relação de cooperação e complementaridade entre os entes federativos – União, Estados e Municípios – e a participação da população nesse processo.

No final da década de 1980, o primeiro governo democrático popular conquista a maior capital do Brasil, São Paulo, e, neste contexto, Paulo Freire vai criar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, na cidade de São Paulo, quando assume em 1989 como secretário de educação, na gestão do governo municipal de Luiza Erundina, então prefeita.

[...] sustentamos nossos princípios político-pedagógicos sintetizados numa concepção libertadora de educação, evidenciando o papel da educação na construção de um novo projeto histórico, a nossa teoria do conhecimento, que parte da prática concreta na construção do saber, concebe o educando sujeito do conhecimento e compreendendo a alfabetização não apenas como um processo lógico, intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social.

(GADOTTI, 2008b, p. 63)

O MOVA-SP tornou-se referência pela coerência que conseguiu desenvolver no processo metodológico, atuando de forma articulada com os movimentos sociais, inseridos com uma concepção crítica de educação. Podemos afirmar que foi a primeira experiência após a ditadura militar de financiamento da democracia participativa, em que os representantes do governo municipal e movimentos sociais construíram juntos processos políticos, dos quais as classes populares "*faziam parte e tomavam parte*" (BORDENAVE, 1994). Este processo de alfabetização não foi isento de conflitos e contradições, mas todos vividos intensamente dentro do processo democrático de base e participativo.

A Rede de Educação Cidadã (Recid), criada em 2003, é uma experiência inovadora no campo da educação popular, pois dialoga com diferentes sujeitos: quilombolas, ribeirinhos, pescadores, indígenas, ciganos, movimento urbano dos sem tetos, Movimento dos Sem Terra, Movimentos de Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Hip



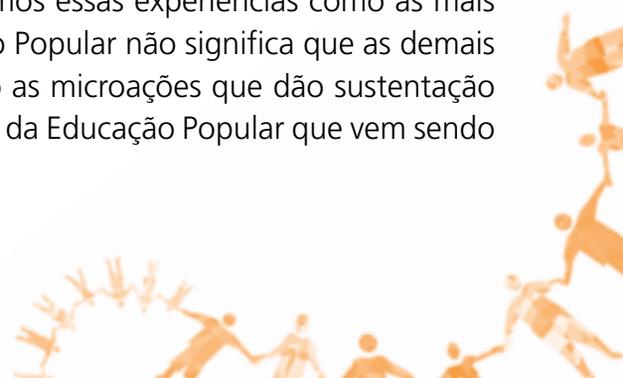
Recid no Fórum Social Mundial. Belém, 2009

Hop, e Movimentos dos Direitos Humanos. Vinculada, do ponto de vista pedagógico, administrativo e político ao governo federal na gestão do governo Lula, cumpre um papel essencial para promoção dos direitos humanos no Brasil, uma vez que possui capilaridade em todo território nacional. A Recid articula diversos segmentos da população, entidades e movimentos sociais e populares, assumindo solidariamente o compromisso de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e Educação Popular de grupos social e economicamente vulneráveis, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação.

Atualmente, a experiência em gestão compartilhada dos recursos públicos e das ações para execução do Projeto *Formação em Educação Popular para a Garantia, Defesa e Promoção dos Direitos Humanos no Brasil*, com grupos socialmente vulneráveis, ocorre por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova), criado pelo educador Paulo Freire, o Projeto MOVA-Brasil é outra iniciativa significativa na primeira gestão do governo Lula, desenvolvida desde 2003, por meio de uma parceria entre Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire (IPF). Tem como finalidade promover a dignidade humana por meio da alfabetização. Sua atuação é desenvolvida com outras ações para que, efetivamente, contribuam com a melhoria das condições de participação cidadã, de trabalho e geração de renda, garantindo aos sujeitos e às comunidades a oportunidade de reconstruírem seu destino e de conquistarem o direito à cidadania plena e participativa. Seus objetivos são: contribuir para a redução do analfabetismo no Brasil, o fortalecimento da cidadania e a construção de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos; estabelecer parcerias com outros projetos do Programa *Desenvolvimento & Cidadania* da Petrobras e com organizações, sindicatos, movimentos sociais, movimentos populares e governos; organizar turmas de alfabetização de jovens e adultos em regiões prioritárias para os parceiros envolvidos no processo; formar coordenadores de polo, assistentes pedagógicos, auxiliares administrativos, coordenadores locais e alfabetizadores.

Cabe também registrar que o fato de apresentarmos essas experiências como as mais abrangentes em nível nacional no campo da Educação Popular não significa que as demais experiências não sejam relevantes. Pelo contrário, são as microações que dão sustentação às macroações e, por meio delas, visibilizam o trabalho da Educação Popular que vem sendo construído em diferentes cantos do Brasil.



1.5 A Educação Popular e a América Latina

Na América Latina, a Educação Popular tem como pressupostos os princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire, em contraponto à concepção de educação positivista, que concebe a educação como instrumental, sem referências na história e conteudista. A Educação Popular teve na pesquisa participante uma concepção teórico-metodológica de investigação social, a qual constrói conhecimento crítico e criativo da realidade com a participação dos envolvidos no processo, visando a um ensino/aprendizagem comprometido com a transformação social na perspectiva da autonomia dos sujeitos e da construção coletiva (BRANDÃO, 1987).

1.6 Qual a relação do educando e do educador na pesquisa participante?

Essa abordagem exige uma relação horizontal entre sujeitos pesquisadores. Há reciprocidade na construção do conhecimento, ambos participam do direito de pesquisar e do poder de pensar, produzir e dirigir os usos de seus saberes, posicionando-se no contexto histórico. Esta pesquisa ganha expressão em 1960, no contexto das lutas sociais da América Latina, por iniciativa de pesquisadores envolvidos com os projetos anticapitalistas e com a causa dos oprimidos.

O trabalho de Freire para o Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (Icira), em Santiago do Chile, subvencionado pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo governo chileno, era direcionado aos camponeses de El Recurso, grupos de comunidades rurais que estavam passando por uma reforma agrária acelerada. Em fins de 1970, houve um deslocamento da orientação e da clientela da investigação-ação participativa, e o foco passou a ser a organização do setor urbano-marginal em lugar do camponês, assim como grupos urbanos e rurais heterogêneos com capacidade organizacional.

(TORRES, 1997, p. 155)

De fato, a contribuição de Paulo Freire na América Latina se deu em diferentes contextos e grupos, na alfabetização de adultos, na luta pela reforma agrária, na luta pela escola pública popular, nos movimentos sociais e nos movimentos de cultura. Obviamente que o fato de haver intelectuais e estudantes comprometidos com essa perspectiva crítica de educação tornou o seu enraizamento mais efetivo naquele período. As ditaduras ocorridas entre os períodos de 1960 a 1980 na América Latina interromperam um processo de construção social por meio da Educação Popular. A herança da ditadura foi um contingente de pessoas que ficaram em condições de miserabilidade, com habitação e alimentação precárias,

com rendimentos provenientes muitas vezes do trabalho informal ou sem trabalho, sem moradia, num universo permeado pela pobreza e subalternidade.

A Educação Popular passou por muitos momentos educativos e organizativos, desde a busca da conscientização até a defesa dos direitos humanos aos aniquilados pelas ditaduras militares, brutais e sangrentas, que custaram a vida de milhares de militantes populares. Ela presenciou o otimismo guerreiro da campanha de alfabetização da Nicarágua, o sistema de Educação Popular de adultos forjado com cheiro de pólvora, até a convivência com a Educação Popular que produzia pequenas peças de artesanato, juntava roupas usadas e soluçava com raiva, resmungando ódio junto com o desempregado na periferia urbana.

Desde a experiência das comunidades de base que lendo o mundo liam a palavra e recriavam a religiosidade popular, até aqueles que buscavam criar uma nova economia popular a partir das experiências de solidariedade comunitária.

(GADOTTI; TORRES, 1994, p. 8)

Consideramos que a retomada do projeto popular para a América Latina é urgente e precisa considerar o desenvolvimento econômico sustentável e a democracia mais presente na atualidade. A Educação Popular é aqui compreendida como o regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, e seu reconhecimento é urgente para a ampliação e a concretização dos direitos.

Neste século 21, a Educação Popular ganha centralidade, pois ela retoma sua direção ao pleno desenvolvimento humano, respeitando, reconhecendo os grupos socialmente excluídos e, com eles, reassumindo a luta histórica por um projeto emancipador anticapitalista; neste contexto, novas bandeiras são incorporadas, como a defesa socioambiental.

Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes

públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. É necessário integrar e aprimorar os espaços de participação existentes, bem como criar novos espaços e condições institucionais de construção e monitoramento das políticas públicas de direitos humanos no País.



Seminário Internacional Educacion Interculturalidad. Apurimac, Peru, 2007

O cenário atual da América Latina, em relação aos processos econômicos, político-ambientais e socioculturais evidenciam um capitalismo globalizado em um contexto de crise, que se explica nos marcos da reestruturação produtiva – implementada por meio de uma regressão conservadora de raiz neoliberal – que leva, conseqüentemente, à precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, exigindo do trabalhador mais flexibilidade, qualificação, eficácia e eficiência num cenário em que alguns postos de trabalho desaparecem ou são substituídos pela tecnologia. Os salários e as condições de trabalho se tornam precários para a parcela ainda *privilegiada*, que consegue se inserir no mercado formal, e um enorme contingente da classe trabalhadora sobrevive do trabalho informal.

Em tempos de crise, é preciso compreender por que algumas experiências educacionais no campo popular tiveram êxito e outras não. Que lições podemos extrair dos caminhos já percorridos e como reacender o sonho e impulsionar as reflexões teórico-práticas para a construção de um projeto de Educação Popular?

Cabe considerar que, ao longo destes 50 anos, houve uma disseminação da Educação Popular, fundamentada nos princípios teórico-metodológicos freirianos como metodologia de atuação com os setores populares. Movimentos sociais, sindicatos, sistemas públicos de educação, movimentos de alfabetização, enfim, há, no conjunto da sociedade, grupos e movimentos que resistem cotidianamente à dominação capitalista, por meio de uma práxis da Educação Popular. Essa é a utopia que nos move, o sonho de que outra sociabilidade é possível, construída com as classes populares.

Sobre a incorporação do debate acerca da educação ambiental e educação em direitos humanos como parte constitutiva da Educação Popular, entendemos que há um empenho coletivo de ocupar espaços de discussões para a inserção das reflexões socioambientais e de direitos humanos nos processos educacionais formais e não formais.

1.7 Quais princípios são incorporados na Educação Popular neste século 21?

A educação em direitos humanos é um princípio elementar a ser incorporado nas práticas educativas e, conseqüentemente, um desafio a ser coletivamente concretizado. A construção de diversos valores humanos, tais como a capacidade de conviver com a diversidade, conhecer as diferentes culturas e respeitá-las integralmente, construir efetivamente com o outro e reconhecer, no cuidado da vida, um valor e um princípio de sustentabilidade humana, são desafios de toda a humanidade. Vivências educativas relacionadas aos direitos humanos devem ocorrer desde a infância, pois possibilitam a transformação dos(as) educandos(as) em sujeitos dos direitos e promovem a afirmação de sua identidade cultural, auxiliando-os na construção de processos educativos em que há relação efetiva entre ser humano e natureza.

Uma educação orientada para o pleno desenvolvimento humano reconhece no outro a humanidade que há em cada um de nós. O respeito aos direitos humanos pressupõe o direito ambiental, social, econômico, cultural e político. Tal concepção se orienta pela

diversidade e pela democracia, pelo conhecimento de seus direitos e dos outros. Envolve mudança de atitudes, posturas e novas concepções.

A caminhada da humanidade rumo a outra ordem societária tem possibilitado a criação de vários referenciais que se transformam em documentos oficiais, os quais vem fundamentando essa outra sociabilidade. Para Gadotti (2008a), os princípios e valores da Carta da Terra podem servir de base para a criação de um sistema global de educação, uno e diverso, sob a coordenação da Unesco, que poderá colocar uma base humanista comum para os sistemas nacionais de educação. Não se trata de formar um sistema ideologicamente único, o que seria uma iniciativa totalitária. Trata-se de realçar o que temos em comum.

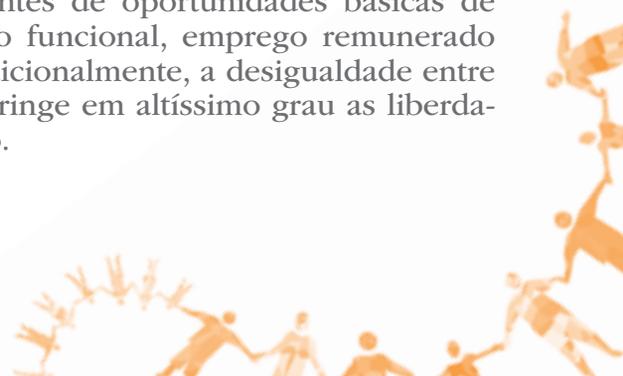
Se não tivermos nada em comum, o que nos restará será a guerra [...] Os sistemas de educação são muito semelhantes em quase todo o mundo, apesar da imensa diversidade cultural existente. Isso tem vantagens e desvantagens. A desvantagem é que são sistemas rígidos, que resistem a mudanças; a vantagem é que uma inovação introduzida num sistema pode mais facilmente ser introduzida também em outros.

(GADOTTI, 2008a, p. 11)

Faz-se necessário pactuar entre as nações, por meio dos chefes de Estado, da sociedade civil, dos partidos políticos e das várias representações sociais essa mudança estrutural em relação ao cuidado da vida em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o papel da educação escolar e da Educação Popular é fundamental para assegurar a incorporação desse princípio na vida cotidiana, pois não se trata de “salvar o planeta”, mas de adotar outros conteúdos que ressignifiquem o modo de vida na sociedade e possam contribuir com a mudança no modelo de produção capitalista, o qual reconhece na mercadoria o seu elemento central da vida.

A barbárie já faz parte da estrutura das sociedades mundiais e, progressivamente, tem produzido mortes e alijado pessoas dos seus direitos fundamentais, conforme aponta Sen (2000, p. 29):

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico, ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social... Adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino.



Educação Popular

Pensar na Educação Popular neste século 21 é dialogar com os novos desafios, tendo como ponto de partida a superação do modo de produção capitalista, na construção de uma cidadania ativa, na afirmação do homem como sujeito de sua história e protagonista de um tempo em que o desenvolvimento social não esteja em função do desenvolvimento econômico, mas, sim, da afirmação das identidades de gêneros, das identidades étnico-raciais, das identidades sexuais, de todas as identidades humanas e da vida em todas as suas formas.



Fórum Mundial de Educação Infantojuvenil em Osasco. Fevereiro/2010

2. CONTRIBUIÇÕES CENTRAIS DE PAULO FREIRE À EDUCAÇÃO POPULAR

Nesse item apresentaremos parte das contribuições de Paulo Freire à Educação Popular. Em nossa experiência existencial construímos relações e desenvolvemos reflexões que nos permitem compreender além do que é aparente. Aprender o real é um dos propósitos da educação libertadora que consiste na reflexão da realidade para nela intervir. A nossa apreensão é sempre parcial, pois a nossa incompletude, o nosso inacabamento nos propicia que todos os dias possamos ter condições de aprofundar a leitura sobre a realidade, tendo em vista o seu movimento e dinamismo. Por isso, partimos da compreensão de que a educação é um processo construído ao longo da vida e haverá sempre tempo de aprender e ensinar.

A teoria do conhecimento formulada por Paulo Freire, conhecida como *Método Paulo Freire*, concebe a educação como ato político e libertador. Neste sentido, este método promove uma alfabetização que instiga a curiosidade epistemológica, e, conseqüentemente, o desejo de saber mais. Alfabetização, para Paulo Freire, é o processo de incorporação do código escrito às práticas cotidianas, permitindo que a pessoa que se apropria deste código possa ampliá-lo constantemente e utilizá-lo em favor de seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Assim:

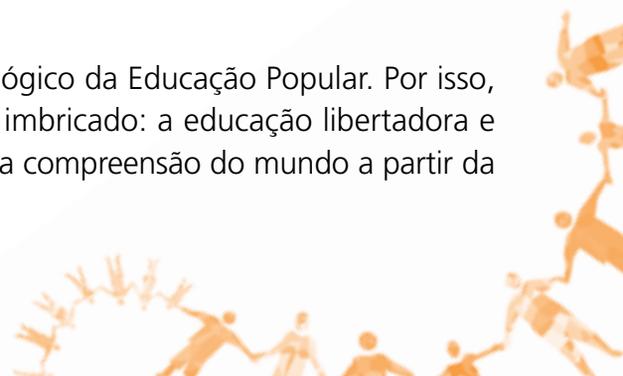
Alfabetizada é a pessoa que, ao se apropriar dos mecanismos da leitura e da escrita, pode não só utilizá-los para simples verificação da realidade, mas para questionar, recriar, revisitar esta realidade, agora com sua própria leitura e, não, com a interpretação do outro.

(FEITOSA, 2008, p. 54-55)

Construir possibilidades para intervenção no mundo é o conceito-chave expresso pela autora sobre alfabetização. Aqui demarca o sentido teórico-prático do significado da alfabetização na concepção freiriana. A educação cumpre três papéis elementares: o papel afetivo, a medida que humaniza o sujeito por meio da interação com o outro; social, pelo fato de construir relações sociais e convivências de reciprocidades; e político, devido à capacidade desenvolvida no sujeito para interferir e participar ativamente dos rumos de sua comunidade, seu município, por meio de associações, conselhos deliberativos, tendo incidência nas políticas sociais públicas.

2.1 Qual a relação da concepção de educação libertadora e Educação Popular?

A ideia aqui é demarcar o campo teórico-metodológico da Educação Popular. Por isso, faz-se necessário destacar a relação de algo que está imbricado: a educação libertadora e a Educação Popular. A primeira é aquela que assegura a compreensão do mundo a partir da

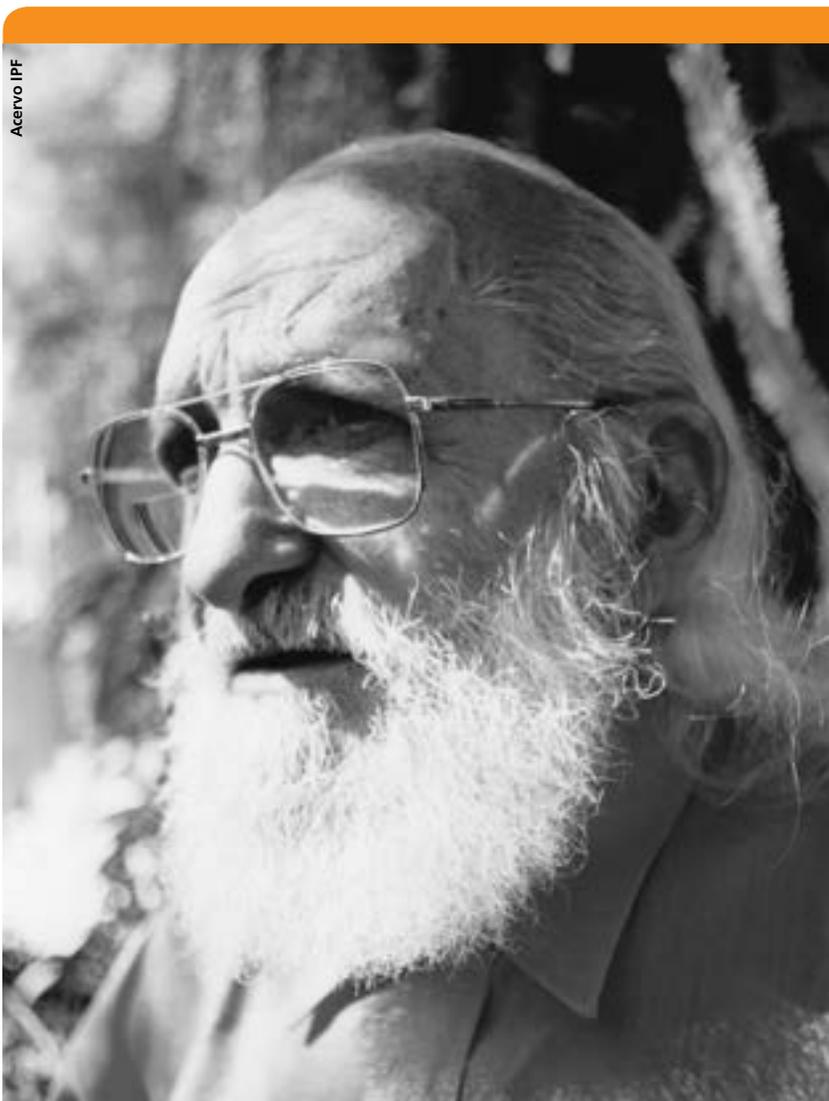


leitura do sujeito em relação com o outro. Na medida em se aprende, se ensina, e nessa interação cada sujeito se transforma individualmente e socialmente. Assume o conflito como parte inerente de um processo dialético e busca sua resolução por meio do debate das ideias.

A relação da educação libertadora e a Educação Popular está na concretização da práxis pedagógica, ou seja, no modo como se desenvolve a ação. Referenciada nos princípios teórico-metodológicos freirianos, adquire uma dimensão ética, movida pelo desejo de mudança. O seu desenvolvimento implica a aceitação do novo, a rejeição da discriminação e a reflexão crítica sobre a prática, sem abrir mão do rigor metodológico, da pesquisa, da competência, da criticidade, do respeito aos saberes dos(as) educandos(as) e o comprometimento com os grupos populares. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto dominante; por isso é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade e pelos governos que têm uma direção social crítica e desenvolvem educação de jovens, adultos e idosos.

Para Freire, a educação não é neutra, contém uma intencionalidade. Portanto, pressupõe escolhas, estejamos ou não conscientes delas, referentes aos conteúdos, às metodologias, ao planejamento, à avaliação, à comunicação, à convivência etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora – contribui para a manutenção da organização e da dinâmica social. O autor desenvolveu uma teoria do conhecimento que possibilita a compreensão do papel de cada um no mundo e de sua inserção na história para que pudesse contribuir com a luta por melhores condições de existência das populações oprimidas. Nessa construção, o diálogo é condição para o conhecimento. Assim, o ato de conhecer se dá num processo social e o diálogo é o mediador dessa relação.

Nas reflexões sobre o Mova e sua reinvenção do método freiriano, Moacir Gadotti (2008b, p. 130-131) afirma que:



Paulo Freire

O diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica. É um critério de verdade. A verdade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do outro, da comunicação, da intercomunicação. Só o olhar do outro pode dar veracidade ao meu olhar. O diálogo com o outro não exclui o conflito. A verdade nasce da conformação do meu olhar com o olhar do outro. Nasce do diálogo-conflito com o olhar do outro. O confronto de olhares é necessário para se chegar à verdade comum... O meu conhecimento só é válido quando eu o compartilho com alguém.

Desse modo, o diálogo não é instrumento pedagógico, mas princípio de uma Educação Popular que reconhece a construção coletiva como aquela que possibilita a humanização dos sujeitos e convive com o conflito não para negar o outro, mas para reconhecer suas contribuições no processo de transformação individual e social.

2.2 Como nossa atuação está acolhendo os saberes dos educandos na prática educativa?

Conforme os referenciais teórico-metodológicos formulados por Paulo Freire, é preciso compreender que a prática educativa é social e histórica; logo, tem intencionalidade política e, para isso, requer que eu, enquanto educador(a), perceba o sentido que atribuo à educação. Nessa perspectiva, o acolhimento aos saberes dos(as) educandos(as) ganha espaço no Círculo de Cultura, se realmente dialogo com a realidade na qual os(as) educandos(as) se inserem. Ou seja, ao problematizar sobre a água, e eles considerarem que essa questão é complicada, pois a comunidade é abastecida por poço, e em épocas de seca não tem havido investimento público, como educadores(as) daquela turma precisamos construir estratégias que mobilizem os(as) educandos(as) a se organizarem por investimentos públicos, tendo em vista os limites da prática educativa.

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu objeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político, assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação.

Não posso, por exemplo, como intelectual que toma banho todos os dias com água quente, que é um professor universitário, um acadêmico, não posso dizer que os operários de São Paulo não têm consciência de classe e que eu tenho a consciência da classe trabalhadora. Também não posso falar da transformação radical da sociedade e, ao mesmo tempo, converter meus educandos em puros objetos passivos dentro dos quais eu deposito minha sabedoria. Mas, por outro lado, também não posso,

como educador, deixar os educandos abandonados como se lhes dissesse: “Agora adivinhem”. Não. Nem uma coisa, nem outra. Tenho de assumir uma responsabilidade política, uma luta constante para cumprir cabalmente minha tarefa de educador. E essa coerência entre discurso e prática, devo buscá-la em todos os níveis.

(FREIRE in TORRES, 1987, p. 84)

Paulo Freire evidencia que é preciso corporificar o nosso discurso pelo exemplo e criar efetivamente condições para o diálogo com o outro. Não existe a minha realidade e a dele, pois ambos pertencem a uma classe social. Nesse sentido, o posicionamento político em favor dos excluídos está posto, desde que se tenha consciência de classe.

A Educação Popular passa a ser âncora de práticas efetivas e comprometidas com as classes populares quando consegue estabelecer relações de respeito, de amorosidade conjuntamente com os(as) educandos(as), tecendo amanhã em que todos *possam ser mais*.

Em suas primeiras experiências com educação de adultos, em Recife, Paulo Freire criou o Círculo de Cultura, em lugar da sala de aula tradicional.

Em lugar das aulas exclusivamente expositivas, o diálogo. Em lugar do professor orador, o coordenador de debates e animador cultural. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos conteúdos idealizadores da realidade, os temas geradores, a discussão crítico-criativa da realidade. Em lugar de treinar pessoas para simplesmente se adaptarem, formar agentes sociais de mudança.

(FREIRE, 1983a, p. 103)

Acervo IPF



Formação continuada MOVA-Brasil. Dezembro/2011

A realidade dos(as) educandos(as) é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. A partir dela, uma nova descoberta da realidade inicialmente discutida em seus aspectos superficiais vai sendo realizada com uma visão mais crítica e mais generalizada.



Formatura MOVA-Brasil em Salvador. Dezembro/2011

A educação, na perspectiva libertadora, exige a dialogicidade, portanto, a Leitura do Mundo coletiva. É a partir dela, do conhecimento do nível de percepção dos(as) educandos(as), de sua visão do mundo, que Paulo Freire considera possível organizar um conteúdo, e, por conseguinte, um currículo libertador. O processo educativo deve desafiar o(a) educando(a) a penetrar em níveis cada vez mais profundos e abrangentes do saber. Nisso se constitui uma das principais funções do diálogo, que se inicia quando o(a) educador(a) busca a temática significativa dos(as) educandos(as), procurando conhecer o nível de percepção deles(as) em relação ao mundo vivido.

Assim, a realidade imediata vai sendo inserida em totalidades mais abrangentes, revelando ao(à) educando(a) que a realidade local, existencial, possui relações com outras dimensões: regionais, nacionais, continentais, planetária e em diversas perspectivas: social, política, econômica, ambiental e cultural, que se interpenetram.

Nesse processo desafiador, Paulo Freire realça a importância da dimensão cultural nos processos de transformação social.

Com as discussões sobre o conceito de cultura, o analfabeto descobriria que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor, de um grande místico, ou de um pensador. “Cultura é a poesia dos poetas letrados de seu país, como também a poesia de seu cancionário popular. Cultura é toda criação humana.” (FREIRE, 1983a, p. 109).

A história está aberta às possibilidades, “enquanto presença na história e no mundo, esperançosamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança, na perspectiva de uma Pedagogia crítica” (FREIRE, 1983a, p. 53). E esta não é uma luta vã.

As nossas utopias estão constantemente em busca de solo no terreno concreto da realidade, para se enraizarem. Mesmo que elas muitas vezes pareçam impossíveis e inalcançáveis, elas permanecem fundamentais, como faróis que nos guiam na direção de novos sonhos possíveis.



3. EDUCAÇÃO POPULAR COMO CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Neste capítulo apresentaremos algumas características das concepções de educação que predominaram ao longo da história da humanidade. Para tanto, é necessário traçar um panorama de como a educação foi e é apreendida pela humanidade.

3.1 Quando surge a educação?

A educação, como conhecemos hoje, não tem apenas uma origem. Vários povos espalhados pelo mundo contribuíram para a construção do conceito ou dos conceitos de educação em evidência.

A educação no mundo pré-grego e greco-romano foi uma educação por classes, diferenciadas por papéis e funções sociais, por grupos sociais. Vigorou uma educação que mostra a imagem de uma sociedade dividida entre dominantes e dominados. Mais especificamente na Grécia, predominou uma educação que respondia ao cotidiano daqueles que se empenhavam no governo da *Pólis*, que se dedicavam à vida política e à vida pública. Valorizava a educação restringindo-a ao uso da palavra, marginalizando, assim, qualquer forma de trabalho manual, privilegiando, como define Cambi (1999), uma educação anti-técnica, ou seja, voltada para o pensar.

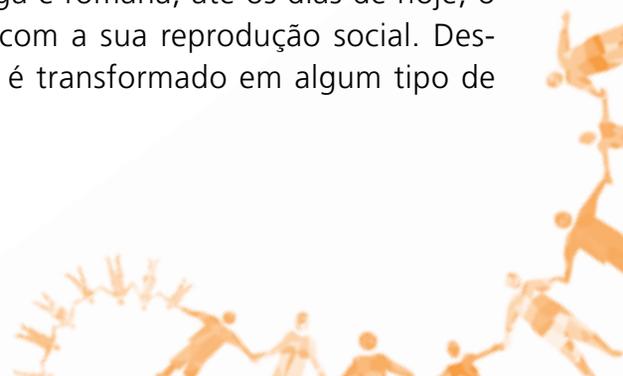
Ao longo da história, a definição de educação é relacionada ao conceito de sociedade na qual está inserida. Aparece como várias formas comunitárias de ensinar-aprender, procurando a inserção e socialização entre a humanidade, caracterizada por tipos de saber-habilidades as quais expressam a ideologia do modo de vida de determinado grupo social.

3.2 Se tudo o que vive é significativo à comunidade, o que é determinante para definir o que é educação?

As formas como as pessoas se relacionam com a cultura, a arte, seu meio de vida etc., contribuíram para que os povos pensassem/elaborassem estratégias educativas, as quais, aos poucos, foram se configurando em metodologias, didáticas, formas e meios de aprendizagens. Segundo Brandão (1997, p. 24), “ela aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-aprender”.

Cada sociedade vivenciou a educação como processo de ensino e aprendizagem à sua maneira.

Desde as tribos da antiguidade à sociedade grega e romana, até os dias de hoje, o ato de educar (ensinar-aprender) está relacionado com a sua reprodução social. Desta forma, tudo que é importante para a sociedade é transformado em algum tipo de saber-ensinar.



Cada tipo de grupo humano cria e desenvolve situações, recursos e métodos empregados para ensinar às crianças, aos adolescentes, e também aos jovens e mesmo aos adultos, o saber, a crença e os gestos que os tornarão um dia o modelo de homem ou de mulher que o imaginário de cada sociedade idealiza, projeta e procura realizar (BRANDÃO, 1997, p. 22).

Os chamados povos indígenas utilizavam-se do processo de ensino-aprendizagem quando os mais velhos envolviam crianças e adolescentes na prática da caça, fabricação de utensílios, crenças, apreensão da natureza: tempo, plantas, ervas etc. Neste processo não existe a instituição escola, nem a figura do professor, tão pouco dos alunos. A troca de conhecimento se dá na vivência de múltiplas situações das pessoas entre si e das pessoas com a natureza. Imitando os mais velhos, as crianças e adolescentes entendem e aprendem, adquirem o conhecimento nos próprios gestos de fazer as coisas. Todas as situações de aprendizagem são postas por todas as pessoas nos momentos de trabalho, lazer etc. Todos os membros da comunidade apreendem o que é da cultura e costume da tribo, de acordo com suas formas de sociabilidade.

Na Grécia, berço da cultura ocidental, que, até hoje, mantém sua influência na nossa vida, a ideia de educação aparece, a princípio, nas atividades coletivas das comunidades. Mas quando a sociedade grega se estrutura entre livres e escravos, nobres e plebeus, é que a educação foi direcionada a um determinado grupo social. De início, a exemplo das comunidades indígenas, ainda não havia escola; esta surge em Atenas por volta do ano 600 a.C. Onde aos poucos é incorporada à educação dos meninos nobres.

A escola grega era destinada apenas às crianças (meninos) livres consideradas plebeias ou nobres; note-se que os meninos escravos e mulheres em geral não tinham acesso à escola. O ensino na Grécia estimulava a competição e formava guerreiros para assegurar a supremacia militar sobre as outras cidades/regiões conquistadas. Também a educação grega se propunha a ensinar os cidadãos livres e nobres a governarem.

O ideal grego era ser o melhor e conservar-se superior aos outros. Em síntese, segundo estudos, a educação na Grécia consistia na relação entre a cultura social e a criação individual de outra cultura que se influenciaram de forma recíproca, unindo, assim, educação e cultura. Neste processo, se valorizava a arte, a literatura, as ciências sociais e a filosofia. Esta educação consistia na formação do corpo e da mente. A beleza estética e a criação/pensar intelectual tinham lugar de destaque. Era pautada pela ginástica (exercícios físicos), pela filosofia e pelas ciências. Buscava-se o conhecimento da verdade, da beleza e do bem.

Como entre os povos indígenas, os gregos e todos os povos antigos, a civilização romana também teve uma época em que foi comunitária. A educação da criança era de obrigação doméstica. A criança começava a aprender em casa com os mais velhos, ou seja, os primeiros educadores entre os romanos eram o pai e a mãe. Depois, a criança passava a ser educada pela comunidade.

A exemplo da Grécia, quando entre o povo romano se dá a transformação do modo de produção, em que a sociedade se divide entre ricos e pobres, a educação passa a ser escolarizada e define-se o que ensinar aos filhos da nobreza e aos filhos de escravos e servos. Ou seja, quando a sociedade se divide entre livres e escravos, senhores e servos, começa a

se formar um modelo de educação para cada um de acordo com sua “utilização social”. Roma copia os moldes da educação grega tendo como central a formação de guerreiros, organizada pela disciplina e justiça.

3.3 Como e quando surge a escola no Brasil?

No Brasil, a escola surge com a colonização portuguesa e a necessidade de catequizar os povos que, até então, habitavam a terra. Nota-se que, a exemplo das tribos antigas, Grécia, Roma e outras civilizações, os povos que aqui viviam exerciam seu processo de ensino-aprendizagem.

O ensino-aprendizagem se dava por meio da caça, pesca, crença, fabricação de utensílios etc., onde a transmissão de conhecimento se disseminava pela tradição e orientação dos mais jovens pelos mais velhos.

Neste tipo de organização, os conhecimentos eram acessíveis a todos os membros da comunidade. Estudos demonstram que essa forma de compartilhar não se dava apenas entre os mais velhos para os mais novos; se dava também entre as crianças e jovens de qualquer idade. Na mesma lógica de que, o processo educativo está ligado ao modo de produção e a forma em que a sociedade se reproduz, os fins da educação entre os povos que aqui viviam, antes da colonização, coincidem com os interesses comuns do grupo e se realizam de forma igualitária e integral entre todos os membros.

Pode-se dizer que a atual educação, tal qual conhecemos no Brasil, surge com a chegada dos jesuítas, os quais vieram por determinação do rei de Portugal, criaram escolas, colégios e seminários espalhados pelas diversas regiões do território. Seu intuito era catequizar as chamadas crianças indígenas e garantir a educação dos meninos (portugueses órfãos) que aqui chegavam.

Após a proclamação da Independência do Brasil, e com a primeira Constituição, foi concebido na lei que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Em

linha geral, as discussões no final do Império apontavam na direção da construção de um sistema educacional de ensino, tendo como ênfase a instrução pública e destacando as escolas primárias.

Com a reforma educacional na República, foram elencados como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Assim, as salas (cada uma) passam a ser ministradas por um professor e o grupo passa a ser coordenado por um diretor.



Colonização alemã. Escola do sexo masculino (knabenschule) em Blumenau (SC). 1880.

Iconographia/Reminiscências

Educação Popular

Nota-se, que nas primeiras décadas do século 20, principalmente por volta de 1920, o debate se dava pelo aumento das escolas primárias, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no País. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes.

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A educação aparece como direito na lei em 1934; neste mesmo ano foi criada a Universidade de São Paulo (USP). Deve-se considerar que, em termos pedagógicos, essa educação ainda se pauta pelo viés da educação tradicional, porém, é neste período que a pedagogia tradicional começa a ser superada pela pedagogia moderna, baseada na Escola Nova. Adiante falaremos mais sobre a escola tradicional e a Escola Nova.

Com o Golpe Militar, foi necessário remodelar a política econômica no Brasil para atender aos interesses do Estado; deste modo, para atender ao sistema ditatorial, foi preciso adequar o sistema educacional ao modelo de sociedade vigente. Fez-se necessário uma reforma que se deu por meio de dois eixos: 1 – a adequação do sistema educacional à política socioeconômica; 2 – a necessidade de se responder à crescente demanda por melhores níveis de escolaridade.

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Brasil, a qual entrou em vigor em 1962. Nesse mesmo ano foi apresentado o Plano Nacional de Educação previsto pela LDB, tendo como um dos principais proponentes o educador Anísio Teixeira, e aprovado pelo então ministro Darcy Ribeiro. O principal debate em torno da LDB foi entre os defensores da escola pública e da escola privada.

Uma grande preocupação neste período foi o de potencializar a qualificação profissional, principalmente com aqueles que terminavam o segundo grau. O objetivo era a produção da mão de obra barata, numerosa e tecnicista, ajustada às necessidades do sistema econômico exigente. Para tanto, foi preciso uma profunda alteração em todo o sistema educacional brasileiro. É importante destacar que é a partir deste período que a educação privada se consolida no Brasil.

No período pós-ditadura, no contexto da redemocratização do País, ganha força política a ideia de uma educação pública, democrática e de qualidade. Novamente estavam na ordem do dia as ideias de educação centradas no saber popular e na autonomia das organizações sociais, atuando de forma autônoma, mas também dentro do espaço escolar, buscando transformar os espaços das escolas em meio de expressar as ideias populares.

Destaca-se a concepção libertadora formulada pelo educador Paulo Freire. Esta agregou setores importantes da igreja católica,



Apresentação de atividades no 1º Encontro de Educandos e Educandas da EJA em Osasco. 2008

sindicatos e partidos políticos. Essa educação, que pregava uma educação do povo pelo povo, para o povo e com o povo, proliferou no campo da Educação Popular e foi apropriada pelos movimentos sociais.

Outras propostas de Educação Popular ou libertárias renasceram neste período. Surgiram propostas de inspiração libertária que se assumiam como pedagogia da prática e trabalhavam com o conceito de classe social.

3.4 Qual concepção de educação predominou na história?

Temos nos períodos históricos ideias de educação que predominaram, também, de acordo com o objetivo e concepção de sociedade vigente.

As concepções de educação que predominaram ao longo da história foram: educação tradicional, educação escolanovista, educação tecnicista e a escola crítica (chamadas por alguns de escola histórico-crítica). Apresentaremos a seguir um panorama de cada concepção. Para este estudo, utilizamos como referências: Gadotti (1999), Cambi (1999) e Saviani (2007).

Na *educação tradicional*, as instituições detêm o poder. Concebem o ser humano como ser corrompido pelo pecado. Nesta concepção de educação, o professor é tido como o centro, o detentor do conhecimento e transmissor de conteúdos. A ele cabe elaborar, selecionar o que se deve ensinar. Concebe o aluno como o ser passivo que deve assimilar o conteúdo recebido pelo professor.

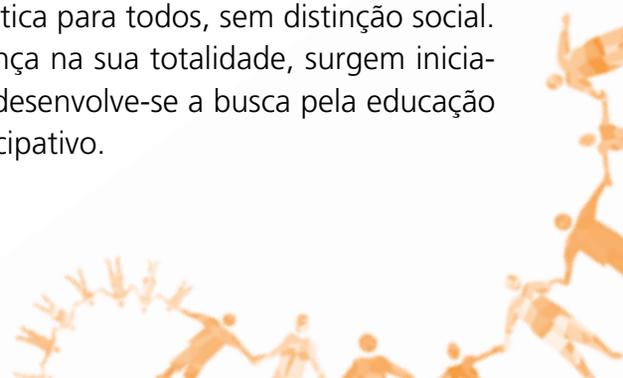
O conteúdo é selecionado a partir da cultura universal, ou seja, o que é ensinado é igual para todos, considera a visão ocidental de cultura. A transmissão dos ensinamentos deve ser organizada em disciplinas. O professor elege como metodologia aulas expositivas com exercícios de leitura e cópia que dá ênfase à memorização. A escola tradicionalista valoriza a hierarquia e a disciplina. Pretende que o resultado da formação seja o aluno dominar os conteúdos recebidos, que se torne o intelectual, sábio e moral. Trata-se de *aprender a conhecer*.

A *escola nova* surgiu na Europa e nos Estados Unidos, no início do século XX. A pedagogia nova mantinha a crença no poder da escola em função da regularização social. Concebe a educação como instrumento de correção da marginalidade, à medida que contribui para a constituição de uma sociedade na qual os membros se aceitam mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica.

O professor não é o detentor do conhecimento e sim um facilitador/mediador entre o que se ensina e o aluno, o qual é o centro neste processo, pois esta educação valoriza o desenvolvimento da criança, uma vez que dá ênfase aos aspectos afetivos na relação.

O conteúdo é elaborado a partir do interesse do aluno por meio de jogos, trabalhos em grupos etc. Em vez de classes destinadas a professores, a escola deveria agrupar os alunos segundo áreas de interesses decorrentes de sua atividade livre. Trata-se, aqui, de *aprender a aprender*.

Os escolanovistas defendiam uma escola democrática para todos, sem distinção social. Aqui, a sociedade começa a se preocupar com a criança na sua totalidade, surgem iniciativas que discutem a educação além da sala de aula, desenvolve-se a busca pela educação integral. Pretende-se formar o cidadão criativo e participativo.



A *escola tecnicista* tem como objetivo formar mão de obra especializada. Predominou durante a Ditadura Militar de 1964, quando no Brasil se disseminou a vinda de grandes indústrias multinacionais. O professor tem a função de técnico que elabora o conteúdo baseado em meios eficientes de ensino; também a transmissão do conhecimento se dá de forma vertical, ou seja, é o professor quem dita o conhecimento. O aluno recebe o que é preparado.

Os conteúdos devem responder à necessidade de mercado, em relação ao tipo de curso oferecido. Foi neste período que cresceu consideravelmente o número de escolas técnicas no Brasil, bem como a tele-educação, a discussão em torno do ensino a distância e o ensino informal.

A metodologia propõe recursos audiovisuais, apostilas, promovendo o estudo individual e o afastamento entre os estudantes. A escola deixa de ter a importância central como polo educacional. Organiza-se segundo modelo de empresas, valoriza a divisão entre o saber e o saber fazer. Pretende-se formar o cidadão eficiente e produtivo.

Em oposição às concepções anteriores, a *escola cidadã*, fundamentada na tradição freiriana da Educação Popular, objetiva formar o cidadão crítico e participativo, o “povo soberano” (TAMARIT, 1996). Essa concepção da educação nasceu no Brasil, no final da década de 80 e início da década de 90 do século XX e vem ganhando força, sobretudo nas municipalidades que contam com governos democrático-populares. A maior ambição da escola cidadã é contribuir na criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos.

Foi Paulo Freire quem melhor definiu uma educação para e pela cidadania quando, nos *Arquivos Paulo Freire*, em São Paulo, no dia 19 de março de 1997, numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro, falou de sua concepção da “escola cidadã”:

A escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a escola cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

3.5 Qual concepção de educação orienta o seu trabalho educativo?

Não existe uma única definição de educação. Cada cultura vai defini-la de acordo com aquilo que defende e almeja para sua sociedade. No entanto, é possível elencar alguns

princípios que devem organizar nosso trabalho educativo, que dialogam com a concepção de sociedade que pretendemos a partir de nossas ações educativas.

Partimos dos pressupostos político-pedagógicos de Paulo Freire, que definem o ser humano como sujeito de sua própria educação. Necessitamos da educação porque somos seres inacabados, ou seja, nenhum ser está pronto, ninguém conhece tudo. Estamos sempre nos reproduzindo socialmente, assim sempre aprendendo.

[...] nenhuma educação é neutra; toda educação representa um projeto político. Isso significa que, no seio da sociedade dividida e desigual, existem diferentes projetos de sociedade, uns mais conservadores, que contribuem para a manutenção da realidade como está posta, outros que pretendem contribuir com a transformação da sociedade, na luta pela eliminação das diversas formas de negação da liberdade.

(FREIRE, 2000, p. 35)

O que, portanto, diferencia fundamentalmente as diferentes concepções e práticas educativas são as suas intencionalidades políticas e ideológicas. Dependendo de quais são essas, isso determinará os grupos sociais aos interesses dos quais elas servem, assim como suas formulações teóricas e seus procedimentos metodológicos. Nesse sentido, Paulo Freire nos ensina que a pedagogia do oprimido possui um compromisso consciente e claramente revelado, como atividade organicamente vinculada aos interesses e lutas dos grupos populares mais pauperizados.

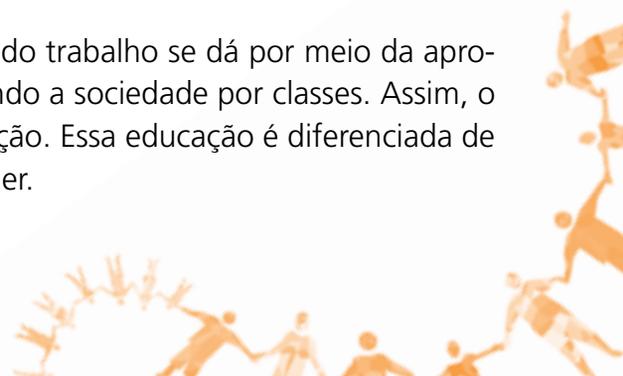
3.6 Em que princípio se pauta a Educação Popular?

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter [...] um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade da qual e com a qual estão.

(FREIRE, 1983a, p. 65)

Como dito anteriormente, em todos os processos de sociabilidade existiram formas de compartilhar a construção do conhecimento. Por meio de diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, os povos reinventavam práticas educativas, as quais valorizavam a inserção do indivíduo em seu contexto social.

A ideia de escola aparece quando a divisão social do trabalho se dá por meio da apropriação do trabalho para acúmulo de riqueza, separando a sociedade por classes. Assim, o Estado assume a função de órgão que regula a educação. Essa educação é diferenciada de acordo com o status social da classe que detém o poder.



Educação Popular

Neste contexto, a Educação Popular aparece como contracultura, ou seja, alternativa de educação que valoriza o saber dos povos oprimidos.

Numa primeira aproximação, podemos dizer que Educação Popular é uma noção que remete às diferentes experiências e conhecimentos pedagógicos, que foram e continuam se acumulando no seio dos movimentos e das lutas populares, como ferramentas para fortalecê-los. Suas principais características são: justiça social; democracia participativa e transformação social. Concebe o ser humano como sujeito-parte do processo e centro da atuação.

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática. Parte da realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais. Valoriza a dialogicidade, a horizontalidade e o conhecimento prévio do indivíduo. Promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação. É a expressão do movimento cultural.

Sendo assim, a Educação Popular, sob a formulação freiriana, deve ser entendida como uma ferramenta de transformação social; num contexto de luta contra as diferentes formas de opressão e negação das liberdades, é o exercício da “Educação como Prática de Liberdade”.

Diferente da educação formal, a Educação Popular tem um sentido transformador imerso no meio popular. Na concepção crítica de educação, a concepção de Educação Popular se pauta pelos seguintes princípios:

- **ético:** que promove o respeito ao ser humano, combatendo qualquer tipo de discriminação social. A Educação Popular está claramente comprometida com os grupos populares que são os sujeitos que mais sofrem os múltiplos modos das violências e opressões. São eles que carregam os interesses mais fortes e urgentes da transformação humana da realidade;
- **político:** que promove a transformação da sociedade, tendo a educação como intencionalidade política;
- **educativo:** educação construída com os educadores e educandos, que valoriza a construção do conhecimento, instiga à pesquisa. Por isso, e também porque a própria relação social que se estabelece enquanto relação pedagógica é em si mesma educativa. A construção do conhecimento e a aprendizagem, que relacionam os educadores e educandos, devem se dar em comunhão e de forma dialógica. Isso significa que cada uma das partes possui um tipo diferente de conhecimentos, e que cada tipo é igualmente importante no processo de construção coletiva de um conhecimento.

Em suma, podemos dizer que a Educação Popular é uma educação para os direitos humanos, uma vez que promove a mobilização social para a garantia dos direitos e, como afirmado antes, para uma transformação social.



Encontro da EJA e do MOVA em Osasco. 2008

4. MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO SOCIAL

[...] não há dúvida sobre um fato: o movimento de educação popular serviu em conjunto muito mais à mobilização que à manipulação, que sempre criticou de maneira bastante clara.

(FREIRE, 1983a, p. 18)

Neste item, refletiremos juntos sobre a mobilização e articulação social, a partir do conceito de Educação Popular discutido anteriormente.

De início é preciso ampliar este conceito, uma vez que fazer Educação Popular extrapola os muros da escola formal/tradicional. Tendo em vista que esta educação tem como um dos seus princípios o fazer político, logo a educação não está restrita à construção do conhecimento apenas do ponto de vista das disciplinas.

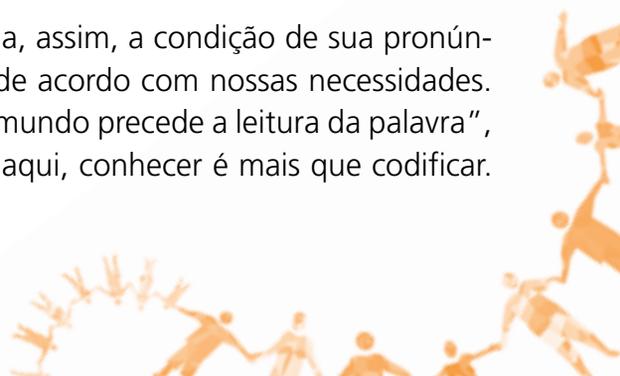
A dimensão política exige e possibilita perceber a educação como polo gerador de ações sociais e comunitárias. Aprender significa aprender a se organizar, a sistematizar, a falar em público, a protestar e também a ler e a escrever. São inúmeros os grupos de estudos espalhados pelo Brasil, onde seus membros procuram entender a sociedade para transformar.

A aprendizagem também se dá por meio da mobilização em termos amplos. Movimentos culturais, organizações e movimentos sociais (mulheres, negros, infância e juventude, moradia, LGBT etc.) promovem a aprendizagem na medida em que contribuem para que a pessoa consiga ler o mundo e, a partir desta leitura, supere a visão ingênua da sociedade.

Foi assim no começo da década de 1960, com as famosas experiências de alfabetização de agricultores pobres, nos sertões rurais do Norte e do Nordeste, das quais se destaca a de Angicos (RN), orientadas pela metodologia freiriana. Já nesses primeiros momentos de experimentação prática, algumas ideias e procedimentos de impacto diferenciavam profundamente a nova iniciativa da tradicional alfabetização de adultos.

O processo de alfabetização se dava fora do espaço formal da instituição escolar, que já não aparecia como o único lugar da aprendizagem. Por meio do Círculo de Cultura, de forma dialógica e não hierarquizada fazia-se e se apresentava um modelo alternativo de relação entre educadores e educandos, onde os papéis desempenhados eram diferentes, porém todos eram importantes neste processo. O aprendizado nesses espaços não se resumia ao aprendizado do domínio da leitura e da escrita das palavras. Junto ao ato de aprender a ler e escrever, exercitava-se, ao mesmo tempo, a leitura crítica do mundo social, político e cultural que cercava aqueles camponeses, de modo a garantir uma das bases essenciais para uma possível e necessária reescrita desse mundo, por parte dos próprios sujeitos da leitura.

Deste modo, o conhecimento das palavras se torna, assim, a condição de sua pronúncia, como transformação do mundo que nos rodeia, de acordo com nossas necessidades. Quando o educador Paulo Freire diz que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, entendemos que, nos termos do que dialogamos até aqui, conhecer é mais que codificar.



Educação Popular

Isto quer dizer: ler o mundo é entender suas relações políticas, econômicas, culturais em geral. É saber relacionar o que acontece na sua comunidade local com as questões do mundo a fora. Assim, a expectativa é que o participante consiga, além da crítica, passar à ação organizada. Aprender para interferir na realidade.

Essa experiência e muitas outras sugerem a formação do sujeito capaz de intervenção e transformação da realidade.

Outra experiência de mobilização a partir da Educação Popular é a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Por meio de cursos de formação política, grupos de estudos, atividades culturais etc., seus princípios pedagógicos estão pautados sempre na relação da prática e teoria. Concebe a prática social como a base do processo formativo. Os cursos de formação devem ser lugares de práticas; têm como desafio articular o saber/saberes diante de situações da realidade; assim, articulando prática e saber, a aprendizagem se torna significativa para a pessoa.

No Projeto MOVA-Brasil, a mobilização é estratégia para a construção do trabalho em rede social. Tem como referência o articulador social que integra as dimensões pedagógicas e administrativas com a dimensão política para potencializar a participação ativa dos sujeitos sociais inseridos em cada território nacional.

Esse modo de conceber a Educação Popular no MOVA-Brasil faz parte do legado da educação emancipadora. Nele, a sociedade civil organizada é partícipe da construção de uma concepção de educação, em que todos os sujeitos em todos os cantos educam e se educam, mediatizados pelo mundo (PADILHA, 2009).



4.1 De onde parte a mobilização? Qual a forma de despertar o interesse da participação?

No processo de Educação Popular, o interesse à participação nasce da condição objetiva de vida da pessoa. A partir da própria realidade, cada um deve se atentar às condições de opressão ou de libertação que experimenta na sua vida cotidiana. A educação pode ser um meio que contribui para despertá-lo, desmontando a visão mágica das coisas.

Assim como a construção do ensino-aprendizagem, na Educação Popular, deve-se partir da realidade; as questões relacionadas à mobilização requerem o mesmo caminho. O que

leva à necessidade de aprender é a realidade. Assim, “se consegue partir dos conhecimentos que os(as) estudantes já têm e ir ligando com novas informações que, chegando à realidade nacional e até internacional, vão acabar ajudando a entender melhor a própria situação” (Caldart, 1996, p. 12). Em termos freirianos, a mobilização se dá com a comunidade e não para a comunidade, partindo do nível de organização social e cultural no qual se encontra.

4.2 Quais atividades de mobilizações possíveis?

São muitas as experiências de mobilização e ação popular. Estas podem se dar em várias dimensões. Como já trabalhado anteriormente, os movimentos populares se valem de grupos de estudos, cursos de formações, atividades comunitárias em geral.

Uma dimensão importante é a da cultura popular. No Brasil, estas experiências têm se mostrado eficientes quando se valem da cultura para a mobilização e construção do conhecimento. Sambas de roda, saraus, bibliotecas comunitárias, movimentos de juventude têm contribuído para a mobilização.

O movimento *hip hop* tem sido uma das grandes expressões da juventude neste contexto. No País inteiro é possível identificar ações que se articulam entre este movimento e atividades formativas. Muitos jovens sobressaíram dos lugares mais afastados, como as periferias das grandes cidades ou até mesmo dos sertões nordestinos, para somarem às reivindicações de melhorias para suas comunidades.

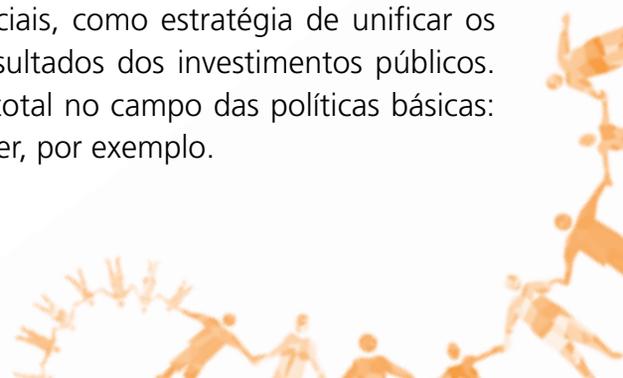
Outro movimento que vem ganhando corpo entre a juventude são os saraus nas periferias.

A partir da denominada literatura marginal, grupos de jovens se organizam, criam salas de leitura, que servem de ponto de encontro para criação literária de troca de textos e reflexões. Existem alguns resultados de pessoas e comunidades que ganharam o mundo do letramento depois que passaram a frequentar os saraus pela periferia.

Outras expressões de cultura popular estão em evidência há muito tempo: cordéis, quadrinhos, grafites, congo, jongo, dança afro etc.; são e podem ser formas de aglutinar a comunidade em geral em torno de objetivos comuns.

No campo das políticas sociais é possível afirmar que foram várias as tentativas dos governos de mobilizar a sociedade para acabar com a fome, miséria, enfim, construir estratégias que efetivamente contribuíssem com o desenvolvimento social. Acontece que, no Brasil, as políticas sociais públicas ainda trabalham de forma isolada e de forma setorial, mesmo que as análises teóricas e as experiências concretas dos municípios, estados e a federação já tenham apontado para o trabalho intersetorial. Desse modo, fica a questão por que não se avança no trabalho intersetorial? (PADILHA; CECCON; RAMALHO, 2010).

As políticas sociais básicas em sua área de atuação, como a assistência social, a educação e a saúde, trabalham internamente com as ações articuladas e integradas. Recentemente foi criado o cadastro único das políticas sociais, como estratégia de unificar os programas sociais e buscar maior efetividade nos resultados dos investimentos públicos. No entanto, essa integração ainda não tem alcance total no campo das políticas básicas: educação, assistência, habitação, saúde, esporte e lazer, por exemplo.



Esse isolacionismo das políticas sociais é herança da política centralizadora construída historicamente no Brasil e que dificulta o avanço na articulação e mobilização social.

Evidentemente, que essa questão centralizadora se reflete nos municípios, onde o poder local é mais próximo e a disputa pelo poder político é muito mais visibilizada.

Institutos de Pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas e o Ipea, apontam que o Brasil é o País da América Latina que mais investe em política social, cerca de 21% do Produto Interno Bruto (PIB), mas a falta de dados estatísticos que possa acompanhar processualmente o investimento público nas políticas públicas ainda é insuficiente. O que temos são dados quantitativos, que pouco expressam a realidade, ou seja, se a política social foi efetiva ou não; os indicadores de resultados não são divulgados e, tampouco, se houve mudança de estratégia quando a ação não atendeu a demanda da população.

Por isso, a sociedade civil vem contribuindo muito com os governos quando se lançam na atuação política de mobilização social e, com os movimentos sociais e populares, tem incidido efetivamente na construção de novas propostas de políticas sociais.

Por fim, mobilizar para uma ação pedagógica e transformadora é possível desde que a comunidade veja sentido na ação. Insistimos que tudo é válido, desde que seja construída de forma horizontal, com participação ativa dos membros da comunidade.

Centrando-se a educação popular na produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas, através das escolas comunitárias... a que se junte a defesa da saúde, na alfabetização e na pós-alfabetização...

(FREIRE, 1997, p. 127)

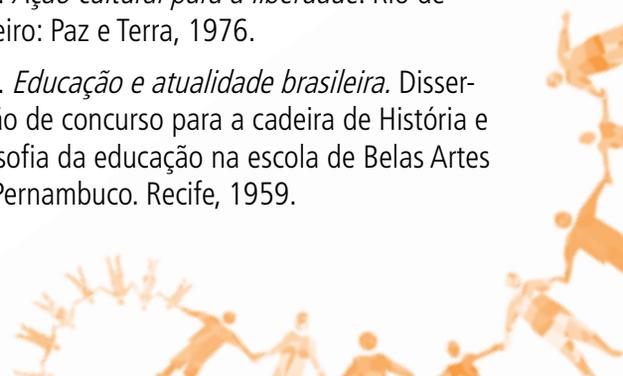
Com esta mensagem, finalizamos o Caderno sobre Educação Popular, com a expectativa de termos contribuído com reflexões teórico-metodológicas que buscam construir atuações no campo da alfabetização capazes de promover debates, encontros, estudos, festas populares e ensino-aprendizagem geradores de novas relações humanas que fortaleçam a sociabilidade coletiva e a busca permanente pela transformação social.



Fórum Mundial de Educação Infanto Juvenil em Osasco. Fevereiro/2010

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BARBOSA, Letícia Rameh, (1948). *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: Ed. do autor, 2009.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação?* 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Primeiros Passos).
- BRANDÃO, Carlos R; ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Cultura Rebelde: Escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- _____. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Primeiros Passos; 318).
- _____. *De Angicos a ausentes: 40 anos de educação popular*. Porto Alegre: Corag, 2001.
- _____. *Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1997 (Primeiros Passos).
- _____. *Repensando a Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CALDART, Roseli. *Educação e movimento: formação de educadores no movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Caderno de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo: Editora Peres, 1996.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CAMPOS, Maria Malta. *Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo*. 1982. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CARRILLO, Alfonso Torres. *La Educación Popular: Trayectoria y Actualidad*. Bogotá: Editorial EL Búho, 2011.
- FAVERO, Osmar. *Cultura Popular e educação popular: memória dos anos sessenta*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FEITOSA, Sonia C. S. *Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado*. 2. ed. Brasília: Liber Livros, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo: Unesp, 2000.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____; Adriano Nogueira. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. *Educação: o sonho possível*. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1983b.
- _____. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982a.
- _____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.
- _____. *Extensão ou comunicação?* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Educação e atualidade brasileira*. Dissertação de concurso para a cadeira de História e Filosofia da educação na escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife, 1959.



Educação Popular

- GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Unifreire, 2).
- _____. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Educação de Adultos, 1).
- _____. *História das Ideias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____; TORRES, Carlos A. (Org.). *Educação Popular e utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GARAUDY, Roger. *Do Anátema ao Diálogo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- MEKSENAS, Paulo. *Como Trabalhar com o Povo*. São Paulo: Pastoral da Juventude, 1982.
- MÉSZAROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos de. *Educação Popular: Prática plural*. Rio de Janeiro: Nova e Rede Mulher Editores, 2000.
- PADILHA, Paulo Roberto et al. *Educação para a Cidadania Planetária: currículo intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- _____; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila. *Município que Educa: Múltiplos Olhares*. São Paulo: Ed,L, 2010.
- _____. *Educar em Todos os Cantos*. São Paulo: Editora Cortez/Instituto Paulo Freire, 2007.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. Rio de Janeiro: Loyola, 1973.
- PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. *Efeitos a longo prazo do Método de Alfabetização*. 1998. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Curso de Pós-Graduação Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. v. I-II.
- PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei (Org.). *Educação, Participação Política e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e governo municipal da cidade de São Paulo: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ROSAS, Agostinho da Silva; MELO NETO, José Francisco de. *Educação Popular: Enunciados Teóricos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Educação Popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da Nossa Época; v. 94).
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Roberto da et al. *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão & Arte, 2009.
- STRECK, Danilo et al. *Leituras de Paulo Freire: contribuições para o debate pedagógico contemporâneo*. Brasília: Liber Livro, 2010.
- TAMARIT, José. *Educar o soberano: Crítica ao iluminismo pedagógico de ontem e de hoje*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996.
- TEODORO, Antonio; TORRES, Carlos Alberto (Org.). *Educação Crítica & Utopia: perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.
- TORRES, Carlos Alberto. *Pedagogia da Luta: da Pedagogia do Oprimido à Escola Pública Popular*. Campinas: Papirus, 1997.
- _____. *A política da educação não-formal na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TORRES, Rosa Maria (Org.). *Educação Popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1987.